



ATA DE REUNIÃO

V Reunião Ordinária do ano de 2025

Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde de Divinópolis realizada aos **28 dias do mês de maio de 2025**, através da Plataforma Google Meet e WhatsApp do Conselho Divinópolis/MG. **Presentes os Conselheiros (as):** Adriano Guimarães Parreira, Tarcísio Laerte Gontijo, Regina Consolação dos Santos, Sheila Salvino, Miguel Francisco Isvar Tantric Ferreira Viegas Meireles, Simone Alzira Zanardi Burakowski, Érika Camargos Ferreira, Kely Viviane da Silva, José Marcelo David, Luciana Aparecida dos Santos, Juliano Gonçalves Resende, José Aparecido Leobalto de Jesus, Maria Rosa Pinto Amaral, Marcelly Cristina Vieira, Marcos Antônio da Silva, Henrique Meckler dos Santos, Soraya Mileib Santos Oliveira, Cristiane Silva Joaquim, Geraldo Mangelo de Almeida, Marcela Valério Silva, Marco Aurélio de Oliveira. **Os visitantes:** Hellen Campos, Aline Faria, Ana Cláudia Calixto, Coordenação enfermagem, Flávia Rubia, Vereadora Kell Silva, Wellington Oliveira, Wesley Giarola, Denízia Laiza, Edson Santos, Priscila, Sonia Melo, Isabela Gontijo, Atelier Carvalho, Raquel Gontijo, Bruno Rodrigues, Ana Luiza Amaral, Guilherme Braga, Jacqueline Alves, Thiago Ramos, Rejane Amaral, Carol Cardoso, Wellington Oliveira, Pedro Henrique Batista, Maria Tereza Faleiro Livia t, Ana Claudia Quadros, Mario Rabelo, Andreia Fontes, Carlos Bruno Guimarães, Eduardo Oliveira, Priscila Bernardo, Bruna Rocha, Lorena Freitas, Renata Silva, Daniela Dias Vasconcelos. Às 18h40 minutos o presidente do Conselho, o Ilmo. Sr. Marco Aurélio de Oliveira confere o quórum e como já havia sido estabelecido dá início aos trabalhos, dando boas-vindas a todos os participantes e informando sobre a pauta da reunião: Continuação da apresentação do RAG 2024 (Relatório Anual de Gestão – 2024). Kely Viviane argumenta que eles irão à conferência Estadual de saúde do trabalhador e da trabalhadora no dia 08/06/26 sob autorização e custeio estatal, para a delegação da macro. Apenas dois dos vinte e três municípios que estarão na conferência não aderirão juntamente a viagem no ônibus, devido ao fato destes estarem próximos ao local que a conferência ocorrerá. O orçamento está providenciado, e as camisas foram customizadas. Esta delegação é extremamente especial pois nela as pessoas cadeirantes, as pessoas com transtornos mentais, às pessoas diabéticas e as pessoas idosas, participarão. Marco Aurelio de Oliveira argumenta que a conferência do trabalhador e da trabalhadora não só se associa ao trabalhador da saúde, mas engloba a todos os trabalhadores de modo geral. A pedido de Kely, Henrique Meckler fala sobre o recebimento do orçamento referente à viagem, ele esclareceu que no orçamento não contia todas as condições necessárias. Kely retoma a palavra e inicia a ministração do tema saúde mental e a terceirização do Sersan ou o complexo de saúde, ela diz que a equipe foi recepcionada pela deputada Lorraine na reunião de mesa, e lá, foi tratado do assunto. A visita do CIS-URG ao CAPS desencadeou uma preocupação aos militantes da causa antimanicomial, os trabalhadores do serviço, as figuras políticas e principalmente aos usuários, ela diz ainda que os usuários tem interesse neste assunto "Privatização da saúde mental" já que ela promete eficiência e inovação, mas em contra partida a Privatização da saúde mental causa e riscos e pode comprometer o acesso da

Avenida Getúlio Vargas, 268 – Centro – Divinópolis/MG -Telefone: 37 3229-6592

E-mail: cmsdivinopolis2015@gmail.com

[Handwritten signatures and scribbles in blue ink at the bottom of the page, including names like 'Simone Zanardi' and 'Suseliseira']



ade, a equidade e o cuidado. A principal preocupação é a priorização do lucro sobre o bem-estar do usuário. A saúde mental por ser um serviço essencial pode ter preços mais altos se privada tornando o acesso mais difícil para aqueles com menos recursos. Redução de qualidade, a pressão por lucro pode levar a redução do tempo e de recursos dedicados ao paciente comprometendo a qualidade do atendimento. Estigma e discriminação, a privatização pode aumentar o estigma da doença mental tornando o acesso ao tratamento ainda mais difícil. Perda da política pública, a privatização pode levar a desconstrução de políticas públicas que garantem o acesso universal a saúde mental impactando a população mais vulnerável. Desigualdade de acesso, a privatização pode gerar desigualdades com a população mais rica tendo acesso a serviço de melhor qualidade enquanto a população mais pobre é negligenciada. Impacto no trabalho dos profissionais, a privatização pode levar a precarização do trabalho com os profissionais da saúde mental trabalhando em condições precárias e recebendo salários baixos. Mudança no modelo de atenção, a privatização pode levar a mudança no modelo de atenção com a priorização de internações em detrimento do atendimento ambulatorial o que pode prejudicar a recuperação e a reinserção social dos pacientes. É importante ressaltar que a saúde mental como um direito humano exige uma abordagem pública que garanta o acesso universal, a qualidade, a equidade no cuidado. A privatização por sua natureza pode comprometer esses princípios especialmente em um setor que já enfrenta desafios significativos. Se ainda não existe uma decisão oficial sobre a terceirização quem garante que não têm a intenção e está sendo gerada nos bastidores da administração. Deve através do conselho barrar qualquer intenção de terceirizar os serviços. A terceirização nunca foi sinônimo de solução ela apresenta a transferência de responsabilidades e precariza o trabalho comprometendo a qualidade do atendimento. Porque a lógica da terceirização não quer servidores valorizados, quer mão de obra barata descartável e sem direitos. A solução está na valorização do serviço público, na qualificação dos trabalhadores e no fortalecimento da RAPS e do SUS, não aceitarão retrocessos, terceirização não é a solução. A terceirização do CAPS é um ataque ao serviço público, aos trabalhadores, principalmente a população que depende desse cuidado. O CAPS é política pública, é cuidado e compromisso com a vida, vão resistir e dizer alto e em bom tom, não a terceirização. O vínculo, a experiência e sobretudo o cuidado e carinho com os portadores de sofrimento mental não é para qualquer um, são anos de experiência, técnicas de abordagem, a confiança que os pacientes adquiriram nos profissionais ao longo do tempo, faz toda a diferença e mantém a humanização do serviço e quem trabalha com o serviço mental não pode visar lucro, muito menos trabalhar com a razão e sim com o coração, com conhecimento de causa, sendo assim, os trabalhadores da saúde mental, os usuários do serviço mental,, familiares, estudantes, profissionais de diversas áreas, movimentos sociais e cidadãos comprometidos com a dignidade humana, se posicionam veementemente contra a terceirização de saúde mental no município de Divinópolis, a saúde mental é um direito humano fundamental e deve ser garantida pelo Estado como política pública universal, gratuita, laica e de qualidade. A proposta de terceirização representa um grave

Avenida Getúlio Vargas, 268 – Centro – Divinópolis/MG -Telefone: 37 3229-6592

E-mail: cmsdivinopolis2015@gmail.com

simone ramalho



retrocesso nas conquistas históricas da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial, ameaçando os princípios do SUS, universalidade, integralidade, equidade e colocando em risco o cuidado ético, contínuo e humanizado a população. A terceirização precariza as relações de trabalho enfraquecem o controle social, rompe os vínculos entre equipe e usuários e transforma um direito em mercadoria. Diversos municípios e a gestão por organizações sociais com empresas privadas prioriza o lucro em detrimento da qualidade e o cuidado, da formação contínua dos profissionais e do acompanhamento singularizado dos usuários. Kely diz que eles reivindicam que a prefeitura Municipal de Divinópolis revogue imediatamente qualquer proposta de terceirização ou privatização dos serviços de saúde mental, seja garantida a gestão pública e direta dos CAPS, residências terapêuticas, centro de convivência, demais dispositivo da RAPS com a nomeação dos profissionais aprovados no concurso público vigente e a valorização dos profissionais. Que haja transparência nas decisões da gestão municipal com a escuta ativa dos trabalhadores, usuários e deste conselho de saúde. Sejam ampliados os investimentos públicos a saúde mental fortalecendo os serviços existentes, investindo na educação continuada dos servidores bem como ampliação das ações de articulação intersetorial com assistência social na educação e na cultura. A recondução de todas as comissões técnicas que houver membros interessados entre eles, a comissão de reforma psiquiátrica e a de não terceirização de todos e quaisquer serviços públicos de saúde no município de Divinópolis conforme a seção 3 do regimento do conselho municipal de Saúde. Em relação a terceirização de todos e quaisquer serviços de saúde do município que junto com a comissão de estudos técnicos e de viabilidade da semusa seja incluída as comissões do conselho municipal de saúde assegurando em ata será portado no conselho municipal de saúde os estudos técnicos de viabilidade, com tempo hábil para estudo, apreciação e discussão dos conselheiros para posterior deliberação, a luta antimanicomial e a reforma psiquiátrica seja respeitada e aprofundada garantindo o cuidado em liberdade baseado no afeto, na cidadania e no protagonismo dos sujeitos, não ao retrocesso, saúde é cuidado, vínculo, território é vida e não mercadoria. Na noite de 28/05 kely Viviane enfatiza que em fevereiro de 2024, o conselho Nacional de saúde publicou as diretrizes propostas e moções aprovadas na quinta conferência de saúde mental de 2024 da qual kely Viviane esteve presente representando o conselho municipal de saúde, a resolução 739 de 2024, homologada pela ministra Nisa Trindade, Kely lê parte da resolução”. Exigimos a reversão dos processos de privatização do SUS em curso, que capturam o fundo público, precariza o trabalho, desqualificam os serviços de saúde realizado no meio dos modelos privatizantes de gestão e da lógica manicomial, organizações sociais, OS, fundações estatais de direito privado, organizações da sociedade civil de interesse público, serviços sociais autônomos, parceria público e privado, na saúde nas comunidades terapêuticas, hospitais de custódia e demais instituições asilares. Kely finaliza sua apresentação passando a palavra para o Marco Aurélio de Oliveira que no decorrer relata sua insatisfação tendo por motivo a reunião realizada na segunda-feira da mesa diretora, convidou-se a doutora Sheila, a mesma não teria conhecimento sobre a pauta a ser discutida. Tiveram pessoas que disseram que as reuniões estavam sendo feitas com o intuito de evitar manifestações no dia primeiro de junho. A palavra é posteriormente passada para a



doutor

a Sheila Salvino, que inicia seu discurso dizendo que ela foi convidada e não acompanha as reuniões sendo assídua, ela esclarece ainda que todos os tipos de manifestações são legítimos, desde que cumpram os protocolos, pois são direitos dos cidadãos e é um exercício livre da cidadania. A Doutora Sheila Salvino explica que na última segunda-feira da semana passada, Geraldo diretor da atenção secundária responsável pela saúde mental do município, Sheila o Zé Março que é o secretário executivo do CIS-URG, estiveram presentes na visita ao CAPS'AD e no CAPS III, motivada pelas decisões ocorridas nas reuniões internas que aconteceram na secretaria de saúde no propósito de trabalhar a qualidade e a assistência. Ficou identificado que se necessita de melhoria no que diz respeito a saúde mental, além disso, acredita-se que o CIS-URG é um consórcio com capacidade de gestão nacionalmente reconhecido, e funciona como um braço direito para replicar capacitações em todo o Brasil. A proveitosa experiência ocorrida na UPA de estabelecer fluxos de trabalho, qualificar processos de trabalho, capacitação permanente dos colaboradores, proporcionou melhorias em menos de um ano desde a transferência da gestão do CIS-URG. Segundo Sheila Salvino, atualmente presenciam uma situação extremamente difícil com a sazonalidade das doenças respiratórias que desencadeia um aumento nos problemas crônicos na falta de leitos. Esses fatores trazem pioras em cascata, porque os hospitais que comumente atendem outras demandas assistenciais, especialmente a ortopedia, deixam de atender esses pacientes da ortopedia, pois os hospitais encontram-se saturados com os pacientes vítimas das doenças respiratórias. A UPA está tendo 150% de ocupação; contudo atualmente aumentou-se a quantidade de funcionários para a realização do atendimento de porta, contando com quatro profissionais, em pico de 587 atendimentos de porta na UPA, e apesar de tudo sempre haverá reclamações! A UPA têm um fluxo desenhado. Ela sabe responder bem essas demandas emergências e o CIS-URG se colocou à disposição para ajudar em todo os processos a serem implantados na secretaria de saúde. O CIS-URG auxiliou na capacitação de condutores de veículos ambulatoriais. O auxílio do CIS-URG em diversas áreas desde o início da parceria com a UPA não surtiu tanto efeito, porque existe em relação a saúde mental uma movimentação que impede a proatividade, rapidez e eficiência, pois eles colocaram um abaixo-assinado em praça pública contra a terceirização, trinta minutos após a chegada dos membros componentes da secretaria de saúde ao CAPS para a realização da visita técnica e o direcionamento de fluxo. Todo servidor lotado na saúde mental ganha uma gratificação de 70%. Todo movimento contra a saúde mental que minimamente se suspeitar de privatização, de terceirização da competência de gestão, esse é um movimento que impacta financeiramente a remuneração dos servidores que lá estão, é uma gratificação em função da lotação, havendo mudança de lotação essa gratificação deixa de ser recebida por estes servidores. A suposta terceirização, sob a ótica de transferir para as empresas com um olhar de lucro de remuneração de empregados. Sheila Salvino argumenta que a única coisa que blinda serviço público de terceirização é qualidade do serviço. Se custo é alto, porém a entrega é satisfatória, reconhecidamente compreende-se sob a visão da população que naquele espaço essas pessoas entendem que neste ambiente elas são bem atendidas. Marco Aurélio de Oliveira retoma a palavra estabelecendo a verdade fática de em tal dia não houve

Simone Zanardi



ma reunião com o intuito de mascarar as manifestações. Posteriormente a palavra é seguidamente concedida à Kely Viviane, que inicia seu discurso lendo a ata: Aos 26 dias do mês de março de 2025, às 15h na sala de reuniões do CISVI- Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapeçerica, presentes O Presidente da mesa diretora do Conselho Municipal de Saúde Sr. Marco Aurélio de Oliveira, a Vice Presidente da mesa Sra. Kely Viviane da Silva, Luciana Aparecida Santos Fiscal de Finanças, Maria Rosa Pinto Amaral Segunda Secretária, Marcos Antônio da Silva, Diretor Organizacional, Geraldo Mangelo de Almeida Ouvidor, Sheila Salvino, Secretária Municipal de Saúde para tratar as seguintes pautas: Terceirização da Saúde: serviços de saúde mental, CEMAS, faltas no Conselho Municipal de Saúde, CISURG/SAMU, proposta aprovadas nas Conferências municipais de saúde, Decreto 16.682/2025 "Autoriza o pagamento de gratificação para desempenho de encargos especiais em caráter precário, CSU. Em relação as entidades com faltas ficaram decidido pela mesa diretora oficial as entidades solicitando a troca dos titulares e suplentes para a reunião ordinária do mês de junho e caso não chegue ao Conselho tempestivamente a entidade será automaticamente será excluída do Conselho. Também foi definido pela mesa diretora que a eleição para recomposição do Conselho Municipal de Saúde acontecerá no mês de julho de 2025. Em relação a terceirização de todos e quaisquer serviços de saúde do município que junto com Comissão de estudos da SEMUSA, seja incluída as Comissões do Conselho Municipal de Saúde, assegurando em ata que será aportado no Conselho Municipal de Saúde os estudos técnicos e de viabilidade com tempo hábil para estudo e apreciação dos Conselheiros para posterior deliberação, o que foi prontamente acolhido pela secretária de saúde Sheila Salvino. Em relação as Comissões a mesa diretora definiram por reconduzir todas as comissões que houver membros interessados. Em relação ao Ofício da Deputada Lohanna França, será informado que quaisquer terceirização ou mudanças no sistema de saúde do município de Divinópolis serão informadas ao Conselho Municipal de Saúde conforme preconizado nesta ata. Em relação a Ouvidoria foi decidido que será criado um e-mail específico para a ouvidoria, conforme o modelo que já existe no município. Em relação ao CIS-URG/SAMU e as denúncias verbais recebidas a mesa diretora optou por solicitar a SEMUSA na pessoa da Secretária Sheila Salvino a cópia do contrato entre o município e o CIS-URG, para devidas apurações e questionamentos posteriores, o que foi prontamente atendido. Página 2 Em relação ao Decreto 16.682/2025 "Autoriza o pagamento de gratificação para desempenho de encargos especiais em caráter precário, a Secretária Sheila Salvino tirou todas as dúvidas suscitadas, o que contemplou a mesa diretora. Em relação ao CSU a mesa diretora trouxe algumas informações e dúvidas a Secretária de Saúde e nos foi informado que a nova sede será inaugurada em 28/06/2025 às 8:30h, também foi solicitado pela mesa a possibilidade de troca da equipe, a Secretária informou que será avaliado a possibilidade de mudanças pontuais e gradativas para não desestabilizar a equipe. Nada mais a discutir, eu Kely Viviane da Silva, secretária had hoc redigi a presente ata em duas laudas, que após lida e aprovada, foi por mim e todos os presentes assinada. Marco Aurélio de Oliveira, Kely Viviane da Silva, Luciana Aparecida Santos, Maria Rosa Pinto Amaral, Marcos Antônio da Silva, Geraldo Mangelo de Almeida e Sheila Salvino. Sheila Salvino elogia o trabalho



realiza

do no Caps'i e posteriormente Adriano Guimaraes pede a palavra e roga para que conste em ata que o conselheiro Adriano justificou a ausência na reunião da Mesa Diretora por estar a trabalho em outra instituição. Kely Viviane pediu para constar em ata juntamente com toda a plenária o compromisso estabelecido. O presidente do conselho sugere que as comissões sejam regularizadas após a eleição das instituições que saíram ou que serão absenteísmo. Kely Viviane esclarece que as comissões são formadas por cidadãos também então com esse clamor de não terceirização ela já se iniciou, pois, a mesma já possui membros, que as comissões sejam formatadas para possibilitar o acompanhamento juntamente com Semusa. Juliano pede a palavra e questiona por que os concursados que se inscreveram para os concursos vinculados à medicina, houve uma redução salarial, além disso ele faz um protesto em relação a atenção primária. Posteriormente a palavra é passada para Sheila Salvino que prontamente responde ao Juliano argumentado que um médico da atenção primária assumindo a responsabilidade da saúde mental para si próprio, a deixou muito admirada e disse que nem todos os médicos estão dispostos a atender os pacientes do CIS-URG. Ela diz ainda que há uma impossibilidade jurídica no que tange a redução salarial para os médicos do PCCS, que o município estabelece como salário base. O que acontecia com os contratos de trabalho? Como os contratados não têm direito a gratificação de produtividade fazia-se uma compensação desse valor, uma vez que o contratado não recebia e pagava-se um valor a mais para a equiparação salarial. A lei 4450 que disciplina a contratação temporária no município de Divinópolis, fala-nos que o salário do contratado pode ser estabelecido entre os limites mínimo e máximo de carreira. Com o objetivo de tornar o salário mais atrativo. A secretaria de saúde fazia esta compensação aos contratados, visto que, os efetivos possuíam direitos que os contratados não possuíam, como por exemplo a gratificação de 20%. Com a realização do concurso os contratos serão substituídos pelos efetivos. Fica claramente explícito que não houve redução salarial porque é juridicamente vedado. O presidente sugere que a segunda pauta referente ao RAG 2024 seja adiada para a próxima reunião extraordinária, devido ao fato de o prazo regimental da reunião estar completando-se as duas horas. Vereadora Kell Silva diz que está presente para ouvir e está à disposição. Juliano sugere que inclua um programa de práticas integrativas, além disso um perfil de médicos na atenção primária. Sheila Salvino faz uma colocação em relação às práticas integrativas. A secretaria de saúde acredita na potencialidade das PICS que são práticas integrativas. A secretária de saúde enfrenta inúmeros desafios no que tange a ampliação da oferta dessas práticas, porque muitos profissionais não acreditam nas PICS (práticas integrativas e complementares em saúde) pois quando a iniciativa parte de uma imposição da secretaria de saúde percebe-se como resultado que não é surtido o efeito planejado. Senhora Sheila Salvino comenta sobre os servidores nomeados que assumirão o cargo até no máximo 60 dias. As PICS são feitas no município, e estão restritas as unidades que os profissionais, sejam eles médicos, dentistas, acreditam. Apedido de Kely Viviane e autorizado pelo presidente a próxima reunião extraordinária do conselho será excepcionalmente na quinta-feira, no dia 05/06. Juliano questiona se ainda é membro da mesa diretora, e o presidente responde que não, desde quando

Avenida Getúlio Vargas, 268 – Centro – Divinópolis/MG – Telefone: 37 3229-6592

E-mail: emsdivinopolis2015@gmail.com

Simone Carneiro



u o cargo à disposição o Adriano assumiu com o cargo de diretor de Comunicação da mesa diretora deste conselho. Adriano questiona a gestão se há instrumentos que possibilitem trazer informações a respeito do impacto do trânsito em Divinópolis sobre o sistema de saúde. A secretaria Nacional de trânsito (órgão federal vinculado ao ministério do transporte) trata do assunto, o trânsito de Divinópolis é duas vezes mais violento do que a região metropolitana de Belo Horizonte. A Secretaria do Estado mostra que os acidentes que ocorreram até os dias de hoje já superam os que ocorreram no ano anterior. Adriano Guimarães indaga se existem instrumentos que possam mensurar o impacto da violência do Trânsito sobre o sistema de saúde. O concurso da prefeitura foi homologado e nenhum aprovado para agente de trânsito foi chamado, existem em Divinópolis trinta e cinco agentes de trânsito para uma frota superior a 150.000.000 veículos e ele tem informação que não há mais disposição para chamar mais agentes, para intensificar a fiscalização, portanto ele gostaria de saber se há possibilidade de levantar dados entre o impacto da violência do trânsito sobre o sistema de saúde? Senhora Sheila Salvino se compromete a apresentar os dados, assim que a pauta da reunião se estabelecer e diz que os óbitos impactam diretamente na assistência de saúde em Divinópolis sobretudo em relação a pacientes da clínica ortopédica na UPA e informa que a gestão tem uma aproximação com a secretaria de trânsito, pois os dados dos acidentes são identificados realizando uma verificação no local no qual o acidente aconteceu, e notar se é necessária uma intervenção, como a instalação semafórica para indicar a sinalização das vias. A senhora Sheila Salvino esclarece ainda que a convocação dos nomeados no concurso público contemplou exclusivamente profissionais que atenderão a saúde e a educação e informa que a prioridade é a nomeação de cargos como a medicina do trabalho, visto que exige do município uma extrema capacitação administrativa. Após a posse dos mesmos inicia-se a nomeação dos outros servidores para os outros setores que também tem demandas e pode ser que a secretaria de trânsito seja uma delas, pessoalmente ela não sabe da programação, mas pode ser que o não chamamento dos agentes de trânsito possa estar relacionado com a organização e capacidade do município de lidar com uma nomeação e medicina do trabalho com um número muito grande de servidores. O presidente agradece pela participação de todos e encerra a reunião. Nada mais havendo a tratar, foi lavrado o presente ata que vai assinada por mim, Meire Lúcia de Oliveira e as (os) conselheiras (os) participantes na plenária. Divinópolis, 28 de maio de

2025.

Meire Lúcia de Oliveira
Sheila Salvino
Simone Tamardi
Adriano
Marcelo
Disconcelos